

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1) DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esta Política de Privacidade norteará todo o tratamento de dados pessoais que ocorre nesta Serventia de Registro de Imóveis, tendo sido elaborada em conformidade à Lei Federal nº 13.709/2018.

Em observância ao que determina o art. 41, § 1º, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Único Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Baião/PA torna pública a identidade do seu Encarregado:

Encarregado de Proteção de Dados Pessoais: KÁTIA BORGES LIRA

E-mail: cartorio.baiao@hotmail.com

2) DAS DEFINIÇÕES LEGAIS

Agentes de tratamento: o controlador e o operador (art. 5º, IX, da LGPD).

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo (art. 5º, XI, da LGPD).

Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional (art. 5º, XIX, da LGPD).

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico (art. 5º, IV, da LGPD).

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados (art. 5º, XIII, da LGPD).

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada (art. 5º, XII, da LGPD).

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (art. 5º, VI, da LGPD).

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento (art. 5º, III, da LGPD).

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (art. 5º, II, da LGPD).

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I, da LGPD).

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado (art. 5º, XIV, da LGPD).

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (art. 5º, VIII, da LGPD).

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador (art. 5º, VII, da LGPD).

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (art. 5º, V, da LGPD).

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro (art. 5º, XV, da LGPD).

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, X, da LGPD).

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados (art. 5º, XVI, da LGPD).

3) DOS PRINCÍPIOS LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com a LGPD, o Cartório do Único Ofício da Comarca de Baião – PA, observa os princípios legais previstos no art. 6º da referida norma. Dessa forma, as nossas atividades de tratamento de dados pessoais respeitam a boa-fé e os seguintes preceitos:

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (art. 6º, I, da LGPD).

Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento (art. 6º, II, da LGPD).

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados (art. 6º, III, da LGPD).

Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais (art. 6º, IV, da LGPD).

Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento (art. 6º, V, da LGPD).

Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial (art. 6º, VI, da LGPD).

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (art. 6º, VII, da LGPD).

Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais (art. 6º, VIII, da LGPD).

Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos (art. 6º, IX, da LGPD).

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas (art. 6º, X, da LGPD).

4) DAS HIPÓTESES DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A hipótese legal que ampara o tratamento de dados pessoais no sistema de registro público é o cumprimento de obrigação legal, nos termos do art. 7º, II e art. 23, caput e § 4º, da LGPD.

Contudo, outras operações envolvendo dados pessoais poderão estar fundamentadas nas demais bases legais previstas no art. 7º da LGPD, essencialmente, execução de contrato, consentimento e legítimo interesse.

5) OS DADOS PESSOAIS TRATADOS PELO ÚNICO OFÍCIO DA COMARCA DE BAIÃO-PA

Para a funcionalidade dos nossos serviços relacionados à prestação do registro público, podemos realizar os seguintes tratamentos de dados pessoais:

DADOS PESSOAIS	FINALIDADES
Dados dos Usuários	
Nome completo	1. Qualificar os títulos apresentados para o registro e/ou averbação;
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	2. Emitir protocolo de atendimento de solicitações;
Número de Registro Geral	3. Emitir certidões;
	4. Designar o arquivamento de documentos;

Profissão	5. Apresentar quesitos aos solicitantes; 6. Enviar a Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) à Receita Federal; 7. Notificar ao COAF/RFB a suspeita de atividade ilícita; 8. Enviar informações ao Tribunal de Justiça.
Número de telefone	
Endereço residencial	
Endereço eletrônico	
Estado Civil	
Filiação	
Nome e qualificação de Cônjuge	
Patrimônio imobiliário [...]	
Dados do Oficial/Substituto	
Nome [...]	
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	
Assinatura	

- Os tratamentos de dados pessoais acima estão ancorados nas seguintes bases legais:
 - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II, da LGPD), com o objetivo de executar as seguintes normas:
 1. Lei Federal nº 6.015/1973;
 2. Lei Federal nº 8.935/1994;
 3. Lei Federal nº 12.682/2012;
 4. Provimento nº 88/2019 do CNJ;
 5. Provimento nº 74/2018 do CNJ;
-
- Para a funcionalidade dos nossos serviços relacionados à manutenção do administrativo-financeiro da serventia, podemos realizar os seguintes tratamentos de dados pessoais:

DADOS PESSOAIS	FINALIDADES
Dados dos Colaboradores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para realização de processos seletivos e recrutamento de novos colaboradores; 2. Atestar a aptidão física de candidato a cargo profissional junto à serventia; 3. Viabilizar o pagamento de remuneração e benefícios aos profissionais para o desempenho de serviços relacionados ao adequado funcionamento da serventia; 4. Cumprir obrigações legais de ordem trabalhista e previdenciária quanto aos colaboradores contratados para o desempenho de atividade profissional junto à serventia; 5. Garantir a integridade do acervo registral através de mecanismos de prevenção a fraude.
Nome completo	
Número de telefone	
Endereço residencial	
Cadastro de Pessoa Física	
Número de Registro Geral	
Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social	
Atestado de Saúde Ocupacional	
Carteira de Vacinação	
Registro Biométrico	
Fotografia 3x4	
Dados dos Prestadores de Serviço	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de prestadores de serviço para suprimento de demandas; 2. Cumprir com as exigências legais referentes à contratação de prestadores de serviço e formalização de relação contratual.
Nome completo	
Número de telefone	
Endereço residencial	
Cadastro de Pessoa Física	
Número de Registro Geral	

- Os tratamentos de dados pessoais acima estão ancorados nas seguintes bases legais:
 - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II, da LGPD), com o objetivo de executar as seguintes normas:
 1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
 2. Lei Federal nº 11.788/2008.

6) RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS SOB A GUARDA DO ÚNICO OFÍCIO DA COMARCA DE BAIÃO - PA

O ciclo de vida de dados pessoais pode ser dividido em cinco etapas, sendo elas: coleta, armazenamento, processamento, compartilhamento e eliminação. Em respeito à LGPD, deve-se observar o correto gerenciamento e o tempo de retenção dos dados pessoais dos usuários, tendo em vista a necessidade observância dos princípios legais (ex.: finalidade, necessidade e adequação) e dos demais dispositivos presentes na norma brasileira de proteção de dados.

A LGPD deve ser interpretada em conjunto com as legislações específicas que regulam a atividade cartorária, com o objetivo de identificar o período de armazenamento dos dados e os critérios de eliminação que devem ser adotados, sendo esta uma medida de segurança da informação contra a coleta excessiva e a retenção prolongada de dados desnecessários.

Esta serventia adota os seguintes prazos de retenção de dados pessoais:

- Dados necessários para a prestação de serviços de registro imobiliário poderão ser conservados por período indeterminado, nos termos art. 24, da Lei nº 6.015/1973 e do Provimento nº 50 do CNJ;
- Dados necessários para a análise de currículos e recrutamentos poderão ser conservados por período de XX anos, ou até oposição do titular, nos termos do art. 7º, IX, da LGPD; [...]

7) COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Esta serventia poderá compartilhar os dados pessoais dos usuários com as seguintes pessoas ou entidades públicas e privadas:

ONR, ON-RCPN. ON-RTDPJ, NOTARIADO BR

O compartilhamento dos dados pessoais é realizado para que possamos:

Dar cumprimento as determinações legais

8) TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Esta serventia não realiza a transferência de dados pessoais internacionalmente. A transferência será feita nos termos da legislação vigente e com base nos detalhes abaixo exibidos:

9) DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Esta serventia, em respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais, reforça o seu compromisso com o cumprimento das garantias previstas no art. 18 e 20 da LGPD.

Contudo, nem todos os direitos previstos no art. 18 da LGPD poderão ser exercidos pelo titular de dados pessoais, tendo em vista as peculiaridades da atividade de registro público e as normas específicas dos serviços registrais.

Direito de confirmação e acesso (art. 18, I e II): o titular tem o direito de obter informações se há realização ou não de operações de tratamento de seus dados pessoais e, se for possível, o direito de acessar os seus dados pessoais.

Direito de retificação (art. 18, III): o titular tem o direito de obter a correção de seus dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou desconformes à LGPD (art. 18, IV): o titular tem o direito de solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nas ocasiões em que for possível.

Direito de portabilidade dos dados (art. 18, V): o titular tem o direito de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

Direito de eliminação dos dados pessoais (art. 18, VI): o titular tem o direito de solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com base no consentimento, exceto nas hipóteses previstas no art. 16, da LGPD.

Direito à informação (art. 18, VII e VIII): o titular tem o direito de obter informações acerca das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados, bem como sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

Direito de revogação do consentimento (art. 18, IX): o titular tem o direito de revogar o consentimento aos agentes de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 8º, § 5º, da LGPD.

Direito de revisão de decisões automatizadas (art. 20): O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

10) COOKIES UTILIZADOS PELO ÚNICO OFÍCIO DA COMARCA DE BAIÃO-PA

Cookies são pequenos arquivos de texto instalados no dispositivo do usuário, os quais permitem a coleta de informações, inclusive de dados pessoais, visando atender diversas finalidades. Entre as informações coletadas, estas podem ser essenciais para o funcionamento do *website* e, também, para viabilizar a oferta de serviços.

É importante ressaltar que nem todos os *cookies* contém dados pessoais, uma vez que alguns são armazenados apenas para o funcionamento adequado e seguro da página eletrônica.

Esta serventia utiliza os seguintes *cookies*:

CATEGORIA DOS COOKIES	FINALIDADES
Funcionais	Fornecer os serviços básicos solicitados pelo usuário e lembrar preferências do <i>site</i> .
Análíticos ou de desempenho [...]	Analisar como os usuários utilizam o <i>site</i> . Ex.: quais páginas visitam com mais frequência e identificar a existência de erros no desempenho da página.

11) SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Esta serventia se compromete a aplicar medidas de segurança da informação técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de incidentes de segurança, ou seja, de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão das informações dos usuários.

Em conformidade aos preceitos da LGPD, garantimos que os dados coletados são tratados de maneira íntegra, segura e confidencial, de acordo com as boas práticas nacionais e internacionais e em respeito ao Provimento nº 74/2018 do CNJ, o qual aborda sobre os requisitos de tecnologia da informação das serventias extrajudiciais.

Desta forma, esta serventia informa adotar sistema de videovigilância, serviços de *backup*, antivírus e controles de acessos em suas instalações físicas e digitais, visando garantir as técnicas adequadas compatíveis aos custos de aplicação, ao contexto dos dados tratados, as finalidades do tratamento e aos riscos para os direitos e liberdades do usuário.

Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a ocorrência será comunicada, em até 48 horas úteis, ao Juiz Corregedor Permanente, à Corregedoria Geral de Justiça, à ANPD e ao titular, quando envolver risco ou dano relevante ao titular, nos termos do art. 13 do Provimento nº 134 do CNJ.

A comunicação será formalizada por meio do Relatório de Incidente, o qual conterá a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, as informações sobre os titulares envolvidos, a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, os riscos relacionados ao incidente e as medidas possíveis para reversão ou mitigação dos efeitos do prejuízo.

No entanto, em caso de culpa exclusiva de terceiro - por fatos oriundos de atividades criminosas (ex.: ataque hacker ou cracker) - o usuário declara ciência e concorda que esta serventia se exime da responsabilidade. Ainda, esta serventia se exime da responsabilidade em caso de culpa exclusiva do usuário, a exemplo do caso em que ele mesmo transfere seus dados pessoais a terceiro.

Esta serventia, visando garantir uma maior segurança quando no acesso do seu *website*, sugere ao usuário que siga as seguintes precauções:

- Não responder nem clicar em *links* provenientes de fontes desconhecidos ou suspeitas;
- Não acessar *sites* suspeitos;
- Manter mecanismos de proteção ativos e atualizados, como antivírus e *antimalware*;
- Não instalar programas ou aplicativos de fontes estranhas ou ilegais.

12) ATUALIZAÇÕES E MUDANÇAS DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente versão desta Política de Privacidade e de Proteção de Dados foi atualizada pela última vez em: **27 de abril de 2024**.

A Política poderá ser alterada a qualquer tempo em caso de disponibilização de novas funcionalidades, atualizações normativas e/ou modificação de procedimentos adotados pela organização, razão pela qual recomenda-se a sua consulta periodicamente pelo usuário.

Em caso de dúvidas ou necessidade de exercício de direitos previstos neste documento ou na LGPD, o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais poderá ser consultado por meio das seguintes informações:

Encarregado de Proteção de Dados Pessoais: KÁTIA BORGES LIRA

E-mail: cartorio.baiao@hotmail.com